Capítulo 1

Hanseníase, saúde mental e biopolítica[1]

Leprosy, mental health, and biopolitics

DOI: 10.29327/5881828.4-1

Lúcia Ozório[2]
https://orcid.org/0000-0003-2832-6523
http://lattes.cnpq.br/2575136803395012
LIPIS: Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social.
GIS - Le Sujet Dans La Cité, Sorbonne Paris Nord, França.
E-mail: lozorio@gmail.com

Resumo
Apostamos em alternativas críticas para os campos de trabalho com hanseníase. Apostamos em engendramentos. Sempre. Afirmamos a urgência da circulação da fala social. Debatemos a perspectiva biopolítica de saúde mental, que faz alianças com acontecimentos, com experiências territoriais, afetivas, corporais, existenciais, teóricas, práticas, políticas que neles acontecem. Problematizamos a práxis do comum com a potência da resistência criativa reverberando demandas, reivindicações e experimentações de mundos possíveis e engendramento de novas subjetivações nestes campos de trabalho/pesquisa.

Palavras-chaves: saúde mental; biopolítica; práxis do comum, resistência; histórias orais de vida *em comum.*

Abstrack
We bet on critical alternatives occurring in Hansen's disease research-work fields. We bet on engenderings. Always. We affirm the urgency of the circulation of social discourse. We debate the biopolitical perspective of mental health, which forges alliances with events, with territorial, affective, bodily, existential, theoretical, practical, and political experiences that unfold in these fields. We problematize the praxis of the common with the potentia of creative resistance, reverberating demands, claims, and experimentations of possible worlds and the creation of new subjectivities in these fields of research-work.

Keywords: *mental health, biopolitics; praxis of the common, resistance; oral histories of shared life.*

[1] Este capítulo foi revisado pela professora Stella de Moraes Pellegrini, Doutora em Letras.
[2] Psicóloga, pesquisadora do GIS LE SUJET DANS LA CITE Sorbonne Paris Nord-Campus Condorcet; Pesquisadora associada do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Lipis-PUC-RJ). Membro do Grupo de Trabalho de Psicologia Comunitária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPPEP); ativista Movimento de Reintegração dos Acometidos pela Hanseníase (Morhan); membro da Rede Universitária Nacional de Enfrentamento da Hanseníase (Reuna-Hans).

1 Introdução: saúde mental desde uma abordagem biopolítica

Buscamos com este texto colaborar na construção de uma frente democrática-comunitária na saúde, fazendo alianças com o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), através de uma perspectiva biopolítica de saúde mental.

Saúde e saúde mental são produções históricas. Já o relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde, base para a criação do SUS na Constituição de 1988, dizia: "*A saúde define-se no contexto histórico de determinada sociedade [...] devendo ser conquistada pela população em suas lutas quotidianas*" (Conferência Nacional de Saúde, 1986, p. 4).

David Capistrano (2008, 2025), que realizou importantes contribuições para este relatório, dizia que o neoliberalismo não combina com o SUS, apontando ainda outra questão importante para a construção desta frente democrática-comunitária: a da implicação dos profissionais de saúde na luta pela transformação das relações sociais no Brasil, participando do movimento pela democratização do país.

O capital sempre foi perverso. Agora estamos no estágio neoliberal do capitalismo, gestor de tantos sofrimentos psíquicos (Saflate; Silva Junior; Dunker, 2021) e da medicalização da vida (Whitaker, 2017). São tempos de crueldade e barbárie, de perseguição das diferenças e das minorias (Bocayuva, 2025). Mas estamos em tempos de luta e resistência — e resistência, como afirma Antonio Negri (2010), é potência.

Segundo o Ministério da Saúde, a hanseníase ainda é caso de saúde pública e o Brasil ocupa a segunda posição entre os países que registram casos novos de hanseníase em todo o mundo[3]. Nosso campo de pesquisa — o da hanseníase — é fruto desta produção histórica. Tal posição mostra que a saúde pública (Capistrano, 2008;2025) e a saúde mental (Saflate, Silva Junior, Dunker, 2021; Amarante, Whitaker, 2024) não combinam com a ganância neoliberal, mas não ficamos por aqui.

Quando trazemos para esta discussão a problemática da resistência como potência, trazemos uma perspectiva biopolítica da saúde mental, inspirando-nos nas contribuições de Antonio Negri (2010) e nas suas parcerias com Hardt (Hardt; Neggri, 2010, 2013, 2013a) para afirmar a riqueza ontológica de nossos campos de trabalho/pesquisa sobre hanseníase. Nestes, processos sustentam acontecimentos, apresentam modos de vida em que os mais atentos percebem uma veia produtiva e potente dos afetados pela hanseníase, na sua capacidade de reinventar a vida.

Algo pulsa e resiste nestes campos. É preciso resistir, é preciso se aliar a esta potência. Este é o objetivo deste texto.

Referimo-nos à ontologia materialista da potência, entendida por Negri (2003), buscando compreender um novo conjunto de possibilidades no trabalho com hanseníase, com novos modos de cooperação e produtividade, bem como novas formas de antagonismo contra as iniquidades e violências que aí acontecem. Nesta ontologia é importante dizer que tais cooperações e antagonismos se agenciam a partir de um *comum* (Negri, 2006) que trabalha nas redes da produção e reprodução social e da produção de subjetividades.

Assim, a problemática da resistência como potência agrega a nossa discussão a importância do *comum*. Entendemos o *comum* como pressuposto ontológico (Negri, 2006; Ozório, 2014, 2016) que se abre às descontinuidades e potências do real, buscando aberturas a processos minoritários (Deleuze; Guattari,1988), indispensáveis para novas cartografias do pensamento e da ação nos campos de pesquisa sobre hanseníase, onde o discurso biomédico prevalece.

[3] Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/hanseniase.

Um dos modos de afirmar o trabalho do *comum* nestes campos é deslocar o olhar estritamente biomédico nele existente para uma compreensão mais ampla, processual e coletiva da problemática da hanseníase, inclusive do adoecimento.

O *comum* é campo da heterogeneidade, é campo da biopolítica e precisa ter visibilidade no trabalho com hanseníase. Ao abrir uma compreensão da importância do protagonismo dos diversos atores sociais, a biopolítica se constitui num estratagema para destituir os biopoderes (poderes sobre a vida) e apostar no poder que a vida tem de se inventar, de resistir, de (se) criticar, de experimentar. Negri chama este poder da vida de biopotência (Negri, 2006).

A biopolítica na proposta negriana diferencia-se do vitalismo positivista ou materialista e é a "[...] tentativa de construir o pensamento a partir de modos de vida"[4] (Negri, 2006, p. 46). A vida como potência é vivida desde processos de subjetivação, que estão em processamento a todo o tempo, afirmando suas diversas táticas de resistência.

Sobre estes processos de subjetivação, é importante dizer que as subjetividades neles em jogo não pretendem revelar a "essência" do indivíduo, não se trata da individualização da subjetividade. Trazemos uma compreensão da "[...] projeção ativa da subjetividade no horizonte biopolítico"[5] (Negri, 2006, p.128) — com buscas da renovação e da democracia. A produção de subjetividades é trabalhada por processos capazes de transformar as relações dos sujeitos com o poder, presente no tecido social, e com eles mesmos. Mas se existem os biopoderes que se aliam à subjetividades voltadas à submissão, há também, com a compreensão do *comum* que discutimos, uma possibilidade real do engendramento de novas subjetividades através de resistências criativas aos poderes instituídos. A visibilidade dada às singularidades releva a importância da diferença enquanto resistência e a criação de novos processos de subjetivação. Negri (2006, p. 129) entende a produção da subjetividade como "[...] uma reinvenção da liberdade dentro das condições pós-modernas de dominação e subjugação"[6]. Este espaço biopolítico que se instaura com o *comum* carrega a liberdade como condição de possibilidade e efeito.

No entanto, o estado de crise permanente da construção do *comum* no mundo é um fato (Negri, 2011). Tal compreensão não ignora que todo processo é afeito a muitas tensões. Mas o *comum* como "trabalho vivo" exprime a luta para que processos de subjetivação não se liquefaçam nestes tempos necropolíticos que, como diz Mbembe (2018), buscam calar ou mesmo massacrar as formas mais embrionárias de resistência e renovação.

Esta perspectiva biopolítica de saúde mental é sensível aos acontecimentos, às inquietações e às pulsações que tramam no campo de trabalho com a hanseníase, pois a construção do *comum* inclui o *em comum* e seus processos de cooperação, compartilhamento e resistência, estratagemas vitais em face destas inquietações, tensões, como as expressas por X (grifo nosso):

> *A hanseníase é uma doença horrível. Falta serviço, falta profissional que sabe cuidar, falta remédio. Eu demorei pra descobrir... 4 anos. Ninguém dizia que eu tinha hanseníase... nem sei como peguei. E ainda tem gente que persegue a gente. Mas eu tô indo... devagarinho, agora menos só.*

O compartilhamento deste relato de vida/resistência é de uma participante de um Grupo Terapêutico demandado à autora deste texto em 2023, pelo Departamento de

[4] Tradução da autora do texto.
[5] Tradução da autora do texto
[6] Tradução da autora do texto.

Mulheres do Movimento de Reintegração dos Acometidos pela Hanseníase (Morhan). O Morhan é um movimento social que existe desde 1981 e vem lutando por novas alianças na luta contra a hanseníase, em contexto sociopolítico complexo. Lembramos que a hanseníase é uma doença das grandes desigualdades sociais.

Quando compartilha sua vida, X mostra a importância da desconstrução da privatização do próprio corpo, dos desejos, dos sonhos, do saber que se constrói a partir da experiência de vida. Estar afetado pela hanseníase é uma experiência de vida, de mundo. X intervém no par intimismo/individualismo, fonte de controle da sociedade capitalista, presente no campo da hanseníase e um dos responsáveis pela proliferação do *mycobacterium leprae*.

X estimula a fala social e faz uma crítica à tirania do falar pelos outros, à tirania de um modelo considerado "bom" para ser seguido, com seus controles, comandos e respostas certas. O exercício da sua fala, com dimensão sociopolítica, abre um leque de possibilidades de descobertas, afirma o direito à diversidade, é um convite para se pensar diferencialmente a diferença, ousando aceder à sua singularidade (Negri, 2003; 2006).

O que as classes populares têm a nos ensinar? O professor Vincent Valla (1998) faz esta pergunta nos seus ensinamentos de educação popular e saúde, inquieto diante do poder de grupos de intelectuais, de dirigentes que querem apontar o caminho que pensam ser o correto para as classes populares.

Considerar o *comum* no campo de trabalho com hanseníase é considerar a inclusão dos saberes das classes populares — plenos de experiências e ainda completamente negligenciados — para seu enfrentamento, é incluir como balizador ético-político as culturas e necessidades destas classes.

Vale ressaltar que o comum não é consenso — que subsume a diferença (Deleuze; Guattari, 1988) — e nem homogeneidade (Negri, 2003; Ozório, 2017). Esta compreensão do comum como diversidade, como multiplicidade, traz um convite rebelde para que os diversos atores nesta luta exerçam seu direito à imaginar, ensinar, aprender, descobrir, falar e agir.

Perguntamo-nos: como romper o telos de ações sóciopolíticas de tutela e cooptação? Como inventar novas coordenadas de enunciação no campo da hanseníase que levem em conta uma rede heterogênea de fios de experiências, de saberes dos que participam deste campo de batalha? Será que estamos atentos aos deslocamentos em curso? Que novas cartografias são possíveis? Aliás, quando que a diferença vai deixar de ser vista como negativa (Hardt, Negri, 2010, 2013; Ozório, 2016, 2017)? Foucault (1980) costumava dizer que a resposta à pergunta é o problema. Como resolver o problema? Descodificando a questão.

Importante dizer que estas e outras perguntas vêm sendo problematizadas a partir de nossas experiências com campos de pesquisas (Ozório, 2014, 2016, 2017, 2023, 2026), há mais de três décadas, com as periferias do Rio de Janeiro, nos campos da saúde, da saúde mental e da educação. E a partir de novembro de 2022, ainda nestes campos, mas com uma luta singular: o enfrentamenta da hanseníase. Isto aconteceu quando o geneticista, um dos maiores fisiopatologistas da hanseníase no Brasil e no mundo e então chefe do laboratório e ambulatório de hanseníase Sousa Araújo do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), Milton Ozório Moraes, meu filho, passou a ter outros modos de existência (Despret, 2021; Schmitz, Mira, 2023; Ozório, 2026) [7]. Como

[7] São muitas as cartografias que construímos nos nossos campos de pesquisa com as periferias do Rio de Janeiro (RJ). Dentre tantas, relevo a realizada enquanto coordenadora de saúde mental do Hospital Municipal Nossa Senhora do Loreto, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro com a comunidade do Parque Royal, que inspirou minha tese de doutorado e a realizada como pesquisadora/professora, com a comunidade de Mangueira (convênio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2003-2004; 2005-2006; 2011-2012; com os laboratórios Lancep-

costumo dizer, os mortos têm muitos modos de existência. Precisamos reencontrá-los nos seus regimes singulares de presença. São seres reais no regime que lhes é próprio. Estou reencontrando-o de diversas maneiras como pesquisadora e militante no campo de trabalho com hanseníase.

Nestes anos em que o que mais tem contado é a intensidade neles vivida, percebemos que nada está dado ou garantido. Aliás, cabe aqui outro problema: o que é viver, senão termos a oportunidade de experimentar? Podemos dizer da luta que levamos para que o *comum* se torne cada vez mais *comum*. Alguns diriam que esta perspectiva biopolítica, ao apostar na biopotência, é afeita a um *comunismo.* Sim, é afeita a um *comunismo imanente*, um "*comunismo* de potências" (Negri, 2011, p. 203). Importante sublinhar: um *comunismo* afeito às potências que pulsam no campo social, de mãos dadas com a vida.

Portanto, não se trata de fazer reviver a concepção de comunismo do século XX, concebida como visão violenta e negativa do poder e do Estado (Badiou; Zizek, 2011).

O *comum* com as pulsações políticas da vida engendra pequeninas revoluções, as revoluções moleculares pelas quais Felix Guattari (1987) e nós tanto nos interessamos, que trabalham para engendrar, agenciar metamorfoses.

Atenção: os acontecimentos, os modos de vida dos territórios, das comunidades, dos atores sociais podem estar maquinando estas metamorfoses (Merhy, 2007; 2014).

2 A práxis do comum como abordagem metodológica da biopolítica

Para avançar na nossa discussão, trazemos reflexões metodológicas sobre a práxis do comum inspiradas numa abordagem biopolítica de saúde mental.

A práxis do comum rompe com um horizonte puramente crítico construindo *em comum* um campo de lutas (Negri, 2003), pois apostamos numa prática transformadora, como dizíamos, necessariamente ligada à uma prática coletiva: a práxis do *comum*. Priorizamos uma abordagem de problematização dos acontecimentos, das práticas, dos saberes e da produção de subjetividades que se processam nos campos de trabalho. Todo campo de trabalho pode se tornar um campo de pesquisa. E todo campo de pesquisa é um campo de trabalho, podendo inspirar muitos outros campos de trabalho.

Buscamos, com a práxis do *comum*, fazer a fala social circular, fundamento para construção de uma base democrática-comunitária de saúde e estratégia importante para enfrentar a urgência da eliminação da hanseníase (World Health Organization, 2021).

Relembramos: sem ontologia não tem produção do *comum* (Negri, 2011; Hardt, Negri, 2013).

Estamos num campo problemático. Negri (2006, p. 126), ao referir-se à importância da ontologia, a compreende como "[...] uma dimensão do contemporâneo que nenhuma hermenêutica será jamais capaz de reduzir"[8]. Concordamos com este autor. Desde a perspectiva do *comum*, a diversidade e multiplicidade de um campo de trabalho não podem ser compreendidas apenas a partir de um discurso, no caso da hanseníase, pelo discurso biomédico, que vem detendo este monopólio de saber.

Arantes e Lana (2022), no artigo *Representações sociodiscursivas sobre a hanseníase em campanhas educativas: implicações na redução do estigma*, colocam em dicussão uma proposta de educação em saúde a partir de alguns cartazes elaborados pelo Ministério da Saúde para enfrentamento da hanseníase. Dizem eles:

Universidade Paris 8, France, 2007; EXPERICE - Sorbonne Paris Nord, França, 2007-2025; Gis-Le sujet dans la cité, França, 2025-atual; LIPIS - Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro, 2007-atual. Já minhas cartografias nos campos de trabalho/pesquisa com hanseníase acontecem com parcerias como pesquisadora destes laboratórios e voluntária do Morhan, da Rede Universitária Nacional de Enfrentamento da Hanseníase (Reuna-Hans); da Rede HANS do Rio de Janeiro e do Ambulatório Sousa Araújo (ASA) do IOC/Fiocruz.

[8] Tradução da autora do texto.

> [...] o discurso normativo-curativista produzido nas campanhas não é suficiente para enfrentar o estigma relacionado à doença. Para a hanseníase ser compreendida como uma doença crônica comum, é necessário, antes, combater a "lepra social": o estigma (Arantes; Lana, 2022, p. 7).

Estes autores levantam algumas questões sobre o tratamento que vem acontecendo, que ajuda a controlar os efeitos do bacilo no organismo humano e possibilita a cura. Acrescentam que há a alteração da nomenclatura da doença — de lepra para hanseníase —, instituída no Brasil em 1975 e ratificada em 29 de março de 1995, por meio da lei federal n.º 9.010. No entanto, afirmam que o estigma persiste.

Em outra parte do mesmo texto, propõem "[...] promover um discurso que busque a cura social da lepra em vez de tentar apagá-la da sociedade, como se nunca tivesse existido" (Arantes; Lana, 2022, p. 7).

Esta precariedade do discurso normativo-curativista do Ministério da Saúde para informar a população e ajudá-la a se esclarecer para enfrentar a hanseníase, lembra também Foucault, que, como Negri, adverte acerca das limitações de toda hermenêutica diante da complexidade e potência do real, e sobre a "[...] possibilidade do seu desaparecimento ou até do desaparecimento do próprio intérprete"[9] (Foucault, 1980, p. 14). Este autor assinala ainda que toda interpretação significa, em seu ponto absoluto, a existência de um ponto de ruptura.

Muitos de nós que trabalhamos com hanseníase damo-nos conta desta problemática. Participamos de um campo de trabalho/pesquisa marcado por desigualdades sociopolíticas, habitado pela heterogeneidade, pela potência, pelo poder e por muitos dilaceramentos. São múltiplas as energias que o percorrem, animadas por acontecimentos, saberes e modos de vida diferentes, com muitas subjetividades reprodutoras da violência, mas muitas, de mãos dadas com a vida, em gestação permanente. Isso permite entrever estratagemas vitais que buscam alianças vigorosas com a práxis do comum entre os diversos atores e seus diversos saberes e práticas. Entre tais atores estão os afetados pela hanseníase, os profissionais da assistência, da formação e pesquisa, os familiares e agentes vários institucionais.

Cabe aqui outra pergunta: os territórios, as comunidades ou a sociedade civil como um todo são realmente considerados atores no enfrentamento da hanseníase?

Muitos destes atores fazem parte do Morhan; do Movimento Nacional das Doenças Negligenciadas (MNDN); da Rede Universitária de Combate à Hanseníase – Brasil (Rede-Hans BR) e suas filiadas nos Estados brasileiros além da Fundação NHR Brasil, do Instituto Aliança Contra a Hanseníase (AAL); da Fundação Paulista Contra a Hanseníase; do projeto Hansen ponto com; do *IDEA International*.

E avançando nas problematizações: como favorecer a práxis do *comum* num campo de trabalho/pesquisa (Ozório, 2021)? Pois o que fazemos como pesquisador/a neste campo? Pergunta essencial para quem se defronta com processos, caminhos e movimentos variados, com experiências inusitadas, com riscos, angústias, alegrias e acontecimentos. Sabedores (?) que somos da não neutralidade de nossas ações e da responsabilidade ética com o que fazemos/somos, será que seguimos questionando-nos sobre nossas certezas, colocando-as na diversidade da vida (Lourau, 1997)?

A práxis do *comum* como abordagem metodológica da biopolítica nos dá compreensão do que é um dispositivo, "[...] que entendemos como uma estratégia de resistência, o que implica uma alternativa para cada solução que emerge" (Ozório, 2017,

[9] Tradução da autora do texto.

p. 7). Isto quer dizer que consideramos uma matriz conflitual como variante metodológica, e mais, buscando alianças com as potências constituintes de nosso campo de trabalho. Sabemos, no entanto, que são muitos os caminhos a trilhar, que é difícil saber onde se vai chegar; e que processos em constante desequilíbrio, no aqui e agora da experiência — resistência nos percorrem.

Deleuze (2003), em seu texto *O que é um dispositivo?*[10] aprofunda esta questão inspirando-se na obra de Foucault, que considera uma filosofia dos dispositivos. Deleuze releva o grande interesse deste autor pela criação e sua aversão à dialética no seu gosto pelos universais. Deleuze compreende um dispositivo como composição, como uma multilinearidade transversalizada por sistemas não homogêneos, em constante desequilíbrio, que permitem que se acompanhe as cartografias singulares emergentes num campo de pesquisa.

Os dispositivos são experimentações que têm a qualidade de pro-vocar, inquietar, multiplicar demandas, espessar indignações, esmiuçar caminhos que permitam enxergar o que possa parecer opaco ou impossível.

A fala social no campo da hanseníase ainda está difícil de circular. Digamos, parafraseando Ozório (2021), que a produção do conhecimento como práxis do comum precisa acontecer neste campo.

Refletimos a seguir sobre três dispositivos utilizados neste campo: as duas conferências livres — uma de saúde e outra de saúde mental —, que aconteceram em 2023, buscando funcionar como disparadores da participação social. Aliás, as conferências livres e nacionais de saúde e saúde mental, implementadas pelo Ministério da Saúde, serviços de saúde, instituições e movimentos sociais, são dispositivos previstos na Constituição de 1988 como instâncias colegiadas do SUS para garantir, como diretriz constitucional, a participação social (Art. 198, inciso III, Brasil, 1988).

A história de vida *em comum* é nosso outro dispositivo a ser problematizado, que aposta na memória como agenciamento coletivo de enunciação (Ozório, 2012, 2016, 2026). A história de vida permite descobertas sobre a riqueza ontológica da vida que pulsa nos campos da hanseníase, a qual temos acesso pela potência da memória.

Estes dispositivos abrem possibilidades para "[...] *formas mais transdutivas que classificadoras do espírito* [...]" (Lourau, 1997, p. 62), permitindo experimentações de novos espaços de liberdade (Guattari; Negri, 1985).

3 O dispositivo Conferência Livre de Hanseníase Milton Ozório Moraes

Em 23 de maio de 2023 realiza-se a *Conferência Livre de Hanseníase Milton Ozório Moraes,* coordenada pelo Morhan.

As conferências livres são importantes ferramentas do SUS para a participação popular na construção das políticas públicas de saúde. Esta conferência livre antecedeu a 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre os dias 2 e 5 de junho de 2023.

É importante dizer que seus fluxos estabeleciam fortes alianças com os fluxos da realidade democrática brasileira que ressurgia com a terceira reeleição de José Inácio "Lula" da Silva para a presidência da república. Depois dos tempos do horror da Elite do Atraso no Brasil (Souza, 2019; 2019a), volta com o 3º governo Lula a possibilidade de trânsito, do nomadismo, da imaginação, a possibilidade das alianças na diversidade.

Dr. Milton Ozório Moraes, geneticista, cientista professor, pesquisador considerado um dos maiores fisiopatologistas da hanseníase no Brasil e no mundo, é o homenageado. Não apenas como sua mãe, mas como brasileira e profissional de saúde,

[10] Tradução pela autora do título original *Qu´est-ce un dispositif?*

reconhecedora dos inestimáveis benefícios e de tantas novas coordenadas de enunciação que ele tem trazido para a humanidade, ao escrever este texto, lhe agradeço.

Como chefe do laboratório e ambulatório de hanseníase Sousa Araújo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ/Brasil), Dr. Milton construiu pontes entre ciência e movimento social, maquinando invenções. Segundo Schmitz e Mira (2023, p. 94), entre suas importantes obras que contribuíram para a melhoria da vida dos afetados pela hanseníase estão:

> [...] o desenvolvimento de AI4Leprosy, um assistente de diagnóstico de hanseníase com inteligência artificial, baseado em imagens, em parceria com uma equipe internacional de cientistas, *Microsoft AI for Health* e a Fundação Novartis. E o desenvolvimento, com colegas da Fiocruz, do primeiro kit de diagnóstico molecular para hanseníase, denominado NAT HANS e já disponível no sistema público de saúde brasileiro (Schmitz; Mira, 2023, p. 94)[11].

Seus inúmeros trabalhos internacionais e no Brasil contribuem para que a vacina LEPVAC — vacina contra a hanseníase — esteja se tornando uma realidade, com sua testagem atual no laboratório do IOC/Fiocruz, que era por ele coordenado (Ozório, 2026).

Suas palavras em 2021, quando homenageado pelo Morhan, ao receber o Prêmio Bacurau, marcam este elo importante entre ciência e movimento social: "[...] *fico feliz ao ver os frutos da ciência chegarem a quem dela precisa, auxiliando no controle da doença, fazendo com que se tenha a diminuição do estigma que esta doença carrega*" (Milton Ozório Moraes; Morhan, 2021)[12].

Como grande crítico de um cientificismo apartado da realidade social, Dr. Milton Ozório Moraes mostra que as alianças entre a ciência, seu discurso biomédico e o movimento social são possíveis[13] (Ozório, 2023). São conhecidos os relatos de pessoas afetadas pela hanseníase sobre suas idas às colônias para compartilhar dos seus saberes, escutá-las e aprender com elas. O Morhan, conhecedor de caminhos e descaminhos a que a experiência com a hanseníase pode levar, reconhece o quão a obra do Dr. Ozório Moraes é uma obra-acontecimento.

A pergunta de Negri a Deleuze contribui para perceber a sutileza destas homenagens a um cientista, vindas de um movimento social. Negri o questiona acerca desta arte de prolongar na história o esplendor dos acontecimentos. Deleuze (1980 *apud* Pelbart, 1998, p. 114) afirma que "[...] a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se a fim de devir, isto é, para criar algo novo".

Negri toca num ponto absolutamente sensível ao campo da biopolítica, campo de acontecimentos, mostrando uma inquietação na qual Deleuze adentra: a problemática do tempo e seus nexos com as experiências da vida, da potência dos seus traços como memória viva, memória para *outrar*[14], memória para devir (Ozório, 2016, 2026; Coimbra, 2024).

A potência da obra de Dr. Ozório Moraes, inspirada no seu trabalho como cientista que teceu muitos compartilhamentos com o Morhan, caminha e chega na entrega do prêmio Bacurau e na realização da Conferência Livre de Hanseníase Milton Ozório

[11] Tradução feita pela autora deste texto.
[12] O registro da cerimônia de entrega do Troféu Bacurau e da Medalha Antonio Borges encontra-se disponível em: https://drive.google.com/file/d/1o0Sg8VwqWF70qKL9-3amVoc9xVVs2G2P/view?usp=share_link.
[13] Em 24 de janeiro de 2023, o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Mundial da Saúde (OMS), no seminário *Hanseníase no Brasil: da evidência à prática*, realizado entre 24 e 26 de janeiro de 2023, também homenagearam Dr. Milton pelos importantes trabalhos no campo da hanseníase. Disponível em: https://webinar.aids.gov.br/seguranca/login.php?time=1674239652. Conferir também Ozório (2023).
[14] Vir a ser outro.

Moraes[15]. As tensões entre história e memória delineadas nestas discussões mostram que, seja como signo, seja como intensidade, a memória pode provocar, transformar, inventar. A memória resiste (Pollak, 1989; Thomson, 1997; Ozório, 2016, 2017, 2026).

Como diz Deleuze, impossível repetir o acontecimento. Buscar captá-lo é apostar no devir dos seus esplendores. Estamos no campo das intensidades, não no das medidas, dos controles e dos modelos de mundo. Nem no da historiografia do poder. A história capta do acontecimento sua efetuação em estados de coisas. No entanto, é apenas condição para a experimentação de algo que lhe escapa. O acontecimento não se explica por este estado de coisas.

É de se relevar a sutileza da percepção do Morhan: afirmar certas obras-acontecimentos para enfrentar a hanseníase é uma tentativa, como diria Deleuze (2003), de suscitar outros acontecimentos, de promover aberturas às diversas expressões de novas forças e formas do comum. E é "[...] no nível de cada tentativa que se julga a capacidade de resistência ou, ao contrário, de submissão ao controle" (Deleuze, 2003, p. 239).

Assim como a obra do Dr. Ozório Moraes, a Conferência Livre de Hanseníase Milton Ozório Moraes[16] teve seus esplendores, como diria Negri. Muitos dos que dela participaram, perceberam que algo se engendrava a partir do tanto que nela se engendrava.

O Morhan, em homenagem ao Dr. Milton, ofereceu camisas com seu rosto sorridente nelas estampado. Vale aqui um pouco da poesia para compartilhar momentos desta homenagem — a ciência precisa de poesia.

Os participantes compunham — com seus corpos, modos de falar, pensar, se movimentar, gesticular, afetar, ocupar aquele espaço-tempo de lutas — uma estranha e intensa imagem-viagem. Milton no peito de cada um... Que cena! A hanseníase tem uma história de horror. Mas tem uma história de AMOR, como dizia Bacurau, outro Ser ancestral deste campo de batalha. E o AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA, escrito nas costas da camisa, potencializava ainda mais aquela composição de velocidades e afetos que cadenciam o devir. Virtualidade pura, Milton, enquanto acontecimento, engendrava uma memória mundo, como diriam Deleuze e Guattari (1980), com um novo vigor de conexões rizomáticas, de tempos imemoriais. Memória de um tempo presente e memória mundo, em intensa interação, se ofereciam às metamorfoses do tempo.

Metamorfoses delinearam-se nesta conferência. Amplas discussões e propostas seguiam a perspectiva biomédica, bastante presente neste processo organizado pelo Morhan, um movimento social. Ali a omnipresença racionalidade biomédica era um analisador de sua presença nos campos de trabalho com hanseníase.

Mas algumas problematizações sobre saúde mental começaram a resplandecer, com referências à urgência de relações dialógicas e de compartilhamentos com as pessoas afetadas. O estigma aparece como analisador de um processo complexo para o afetado pela hanseníase, merecendo ser descodificado. Os esplendores desta conferência, como disparadores de tantos sentidos, deixam antever compreensões de saúde mental desvinculadas da psiquiatrização ou patologização da condição humana, com outras movimentações que faziam anunciar outros sentidos para o enfrentamento da hanseníase.

[15] O registro da Conferência pode ser conferido no canal TV Morhan no YouTube. Disponível em: https://youtu.be/-0WhJ7jwq04.

4 O dispositivo 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental para o enfrentamento da hanseníase. Quebrando estigmas. Alianças às potências da vida

Como prolongar, na história do SUS, os esplendores do acontecimento *Conferência Livre de Hanseníase Milton Ozório Moraes*? Como apostar no esplendor do seu "*Amanhã vai ser outro dia*?"

O Morhan apostou nos seus esplendores e forjou outro dispositivo de enfrentamento da hanseníase. Para tal, construiu alianças com a Rede Universitária de Combate à Hanseníase (Rede HANS), o Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro (SindPsi-RJ) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP)[17] para a realização da 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental para o enfrentamento à hanseníase: "Quebrando estigmas. Alianças às potências da vida", que aconteceu em 30 de setembro de 2023.

Torna-se fundamental demarcar que esta foi a 1ª Conferência Livre de Saúde Mental no campo de trabalho com hanseníase, constituindo um marco na história da hanseníase no Brasil[18], propondo-se a afirmar a importância da saúde mental ainda bastante negligenciada neste campo.

A Conferência livre antecedeu a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio, realizada entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2023, que esteve interditada, durante seis anos, pelas forças do golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff e pela continuidade deste golpe no governo posterior, representante de um grande retrocesso nas conquistas político-sociais brasileiras (Souza, 2019; 2019a).

Deu-se na modalidade *on-line*, contou com uma diversidade de atores, inclusive muitas pessoas afetadas. Constituiu-se num campo de reivindicações do qual saíram eleitas duas delegadas que contribuíram para o trabalho na 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental *Domingos Sávio* e que nesta apresentaram uma moção.

Sua reivindicação mais potente foi a de atendimento psicológico, ou melhor, de outro tipo de cuidado para enfrentar a hanseníase que não apenas o biomédico.

Esta demanda não deve ficar atrelada a certos psicologismos defensores dos intimismos individualistas (Bicalho, 2021) de certas concepções de saúde mental, compreendida como ausência de doença mental, que insistem em psiquiatrizar e medicalizar a vida nas suas experiências mais diversas.

Inaugura-se uma nova episteme na luta contra a hanseníase, adentrando nas questões sobre o *comum.* Esta demanda problematiza o saber biomédico na sua hegemonia, bem como a fragmentação dos saberes. Os participantes da Conferência reivindicam a legitimidade de dar outros sentidos, que não apenas o biomédico, às suas experiências de vida.

A demanda de *atendimento psicológico*, problematizada, nos permite antever o múltiplo onde só se vê o Uno. São diversos saberes. Como proposta de nova episteme, introduz a necessidade de compartilhar, não de separar; de dialogar, não de reduzir; de circulação de novas subjetividades neste mundo de submissão real ao capital que, sabemos, violenta o campo da hanseníase.

Hardt e Negri compreendem o *comum* como a forma mais radical de *amor*, como acontecimento político que rompe com o existente, inventa um novo e porque o que conta no *amor* "[...] é a produção de subjetividade e o encontro de singularidades que compõem

[17] Esta conferência foi fruto de um amplo movimento de militantes do Morhan, mediado pela Dra. Lúcia Ozório, psicóloga que faz parte do movimento de luta antimanicomial, professora, pesquisadora, militante do Morhan e membro da Rede HANS Brasil e Rede HANS Rio de Janeiro.

[18] O registro da *Conferência livre nacional de saúde mental* pode ser acessado no YouTube. Disponível em: https://youtu.be/-0WhJ7jwq04.

novos agenciamentos e constituem novas formas do *comum*"[19] (Hardt; Negri, 2013, p. 274).

Esta conferência delineou uma nova forma de amor, o comum. Como processo singular, contou com presença significativa da militância do Morhan. Como acontecimento, é preciso relevar que foi uma conferência de saúde mental, no campo de trabalho com hanseníase, organizada de modo comunitário e por um movimento social, permitindo antever uma nova gramática ético-político-afetivo-epistemológica em vias de construção.

O nome desta conferência livre foi gestado *em comum:* 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental para o enfrentamento da hanseníase. Quebrando estigmas. Alianças às potências da vida. Este nome comum capta a intensidade do *isto aqui*, que "[...] constitui o evento do conhecimento verdadeiro" (Negri, 2003, p. 41). Como nome comum, se instaura na concretude da própria experimentação que é fazer acontecer esta Conferência.

A sutileza do subtítulo, *Quebrando estigmas. Alianças às potências da vida*, denota uma singular compreensão da potência da vida para ir quebrando os estigmas. A utilização do verbo no gerúndio explicita perspicácia: a percepção da inevitabilidade de um processo, da necessidade de uma ação contínua para quebrar os estigmas que grassam no tecido social e forjam tantas subjetividades tóxicas a serviço da servidão.

No subtítulo, estigma está no plural. Esta é outra sabedoria da militância do Morhan, que não desconhece que na produção e reprodução dos estigmas está incrustada a aversão à diferença, vista como negativa. O estigma é um analisador da discriminação e criminalização das diferenças ao longo dos tempos. Os estigmas proliferam em sociedades invadidas pelas castas. Aqui no Brasil, do capital.

Perguntávamos: quando é que a diferença vai deixar de ser vista como negativa?

O entendimento de *comum* como reservatório de heterogênese é processo de intervenção nesta criminalização. No comum, a diferença enquanto singularidade, num jogo de forças tenso, resiste como potência criativa (Negri, 2006).

A demanda de *atendimento psicológico* exprime esta tensão e é um estratagema vital dos afetados pela hanseníase para forjar a fala social.

Sabemos que o estigma plasma subjetividades que se reproduzem através de modos de ser, de viver, de agir no tecido social. O estigma, gueto fascista de produção e reprodução de subjetividades violentas, é imposição do poder sobre a vida, da exclusão/eliminação da diferença.

Esta imposição tem carga histórica.

Neste texto vamos nos ater a Michel Foucault (1987) na sua *História da loucura*, que, a partir de uma perspectiva arqueológica, fornece análises desta processualidade histórica. Já no século XV, a então chamada lepra vai desaparecendo da Europa com o fim das Cruzadas, o que provocou a diminuição significativa dos leprosários. No entanto, o sentido de exclusão, como diz Foucault, permanece e é deslocado para as doenças venéreas, principalmente a sífilis, e, já no séc. XVII, para a loucura.

Esta herança que vem se processando durante dois séculos reproduz medos seculares que já aparecem na Bíblia, e escancara violências dos poderes sobre a vida, com suas políticas/polícias do Estado, das instituições, dos indivíduos, das coletividades, produzindo subjetividades tóxicas que colocam o diferente, o afetado, o que ameaça, num lugar de passagem: uma exclusão na qual ficava encerrado, no interior do exterior, ou no exterior de um interior (Foucault, 1987; Pelbart, 1989).

[19] Tradução da autora do texto.

No campo de trabalho com a hanseníase, o estigma como espaço moral da exclusão persiste.

O texto de Arantes e Lana (2022) problematiza a persistência do estigma que denominam de lepra social, marcando a grande dificuldade do discurso normativo-curativista, impotente para eliminá-lo. Os autores relevam que, mesmo com a alteração da nomenclatura da doença no Brasil — de lepra para hanseníase, em 1975, ratificada em 29 de março de 1995 pela lei federal n.º 9.010 —, o estigma persiste.

Esta persistência apesar da alteração do nome também é analisada por Oliveira (2003), que vê na implementação das políticas de saúde e educação uma estratégia fundamental para esta intervenção.

Quando trouxemos a compreensão do nome *comum* por Negri (2003), relevamos a importância que este autor, inspirado em Espinosa, dá à concretude da experiência no ato de nomear.

A nosso ver Oliveira (2003), Negri (2003), Arantes e Lana (2022), Milton Ozório Moraes como também os militantes do Morhan que participaram desta 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental, seja com suas discussões ou o Morhan com suas ações, intervêm, de modos diferentes, na produção e reprodução psicossocial do estigma desde a perspectiva da participação social. .

Como perigo imaginário, o estigma se concretiza em pressões sociopolíticas no tecido social. Como agulha moral, produz segregações, discriminações, perseguições, violências físicas e psíquicas. No teor alucinatório da imagem do estigma, as subjetividades restam na tensão paradoxal entre moral — subserviência a valores, modelos nos quais não cabem a diferença, vista como negativa e a ética — como transmutação de si e do mundo.

O afetado pela hanseníase é o estranho, o dessemelhante, o periférico, o excluído. É diferença. E nos afeta, dando-nos a sensação do desamparo, de incompletude. Faz-nos sentir em suspenso, como inacabados, à espera... de nós mesmos?

A violência do estigma neste campo de batalha não deve ser banalizada. Nem bordeia um quimérico equilíbrio, nos indagando sobre as esferas, as mais íntimas de nossa existência, que se deixam mobilizar por esta fantástica fábrica sociopolítico-desejante de produzir discriminações, criminalizações e o silenciamento da diferença.

Ao dar formas a subjetividades que reproduzem violências e exclusões, o estigma provoca submissão a modelos de mundo que trabalham para um silenciamento da vida, de seus ruídos, impulsos e movimentos, abrindo entendimentos de saúde mental como produção biopolítica.

“O povo denunciava a gente, mandava a polícia atrás da gente”, testemunha seu Y, senhor afetado, que mostra a violência da exclusão que, como já disse Foucault (1987), de fortaleza visível da ordem estabelecida se desloca para outro castelo: a nossa consciência.

Mas desde a perspectiva biopolítica que discutimos, a vida resiste dos mais diversos modos. Vale mencionar o livro *A rosa e o machado: memórias de um brasileiro excluído*, de Nelson Pereira Flores (2024), sobrevivente da internação compulsória da Colônia Santa Isabel. Na entrevista que deu quando do lançamento do seu livro, disse:

> [...] é o sonho realizado. Este livro caminhou na minha mente, no meu coração, 49 anos... vai ser muito importante para a sociedade com relação à hanseníase, porque é uma história escrita, diferente de tudo o que se escreveu sobre a gente, porque foi uma história de fora pra dentro. E eu escrevi de dentro pra fora... Um homem de fé não perde a esperança. A esperança é a rosa. E o machado foi aquele que podou meus sonhos, cortou meus direitos, me arrancou dos meus pais, do meu mundo. Espero que isto não aconteça mais, com ninguém... Estou com 80 anos. Cheguei aqui com 12 [...].[20]

Nelson Pereira Flores é sobrevivente de um espaço da exclusão criado pelas polícias/políticas higienistas em vigor no Brasil até os anos 1986, respaldadas pelo cientificismo higienista.

Em 24 de novembro de 2023, o governo Lula fez uma reparação histórica. O Projeto de Lei (PL) n.º 3023/22, transformou-se na lei n.º 14.736, de 24 de novembro de 2023. Esta lei traz modificações à lei n.º 11.520, de 18 de setembro de 2007, proporcionando amparo não apenas aos afetados pela hanseníase, mas aos seus filhos e filhas que sofreram e sofrem, na carne e no coração, a violência da separação compulsória. Quinze mil pessoas estão em vias de serem indenizadas com pensão mensal e vitalícia em todo o Brasil.

Este ato de intervenção ética e política do governo Lula na violência institucional do Estado e da ciência é também fruto deste campo de disputas que é o campo de trabalho com hanseníase, do qual fazem parte sua militância, seus profissionais, professoes, pesquisadores e seus gestores.

A Conferência Livre Nacional de Saúde Mental elegeu duas delegadas e duas suplentes para a Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio, na qual conseguiram a aprovação da moção *HANSENÍASE E SAÚDE MENTAL: MOBILIZAÇÃO E LUTA c*om grande número de votos, cerca de quase 95% dos presentes na sessão, esta moção defendeu a urgência de políticas públicas de saúde mental para o enfrentamento da hanseníase e das outras doenças negligenciadas. Em relação à hanseníase reivindicou-se[21]:

> 1. Políticas de atenção psicossocial nos territórios e nas comunidades, com o fortalecimento de grupos locais e movimentos sociais;
> 2. Políticas de formação em saúde, incluindo a saúde mental como matéria básica e central no tratamento da hanseníase, tanto pelo preconceito como em relação ao pesado estigma que carrega;
> 3. Políticas de assistência, assegurando equipes multiprofissionais de atendimento, prevendo o profissional psicólogo nesta equipe, capaz de acolher, diagnosticar e cuidar da pessoa afetada pela hanseníase. Prioridade de atendimento psicológico em liberdade aos acometidos pela hanseníase, como modo de cuidado fundamental em relação aos efeitos psíquicos dos traumas causados pela doença, bem como pelo estigma sociopolítico que esta carrega. Relevamos que o sofrimento humano não deve ser medicalizado com psicotrópicos, nem receber diagnósticos de doença mental. Importante relevar que os estigmas são fatores de risco para reações hansênicas. O corpo também sofre, adoece por sofrimento psíquico;

[20] Registrado no canal Tempo de Betim, 24 jan. 2024, no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com.
[21] MOÇÃO *HANSENÍASE E SAÚDE MENTAL: MOBILIZAÇÃO E LUTA:* 5ª. Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio / Conselho Nacional de Saúde – aprovada em 14/12/2023.

> 4. Políticas Patrimoniais: considerar a história da hanseníase como património da humanidade — políticas da memória da hanseníase no Brasil. A memória da saúde é fundamental para a saúde mental como fonte de inspiração, para o reconhecimento e as descobertas. Que as lutas no campo social, científico, assistencial e de formação façam parte da história do SUS do nosso Brasil;
> 5. Homenagem ao cientista, geneticista da Fiocruz, Milton Ozório Moraes, pelas suas contribuições científicas. A Francisco Nunes, o Bacurau, idealizador do Morhan, e a Fernando Freitas, da ENSP-Fiocruz, grande batalhador da luta antimanicomial.

Importante dizer que esta moção foi gestada coletivamente. Suas fontes de inspiração foram a Conferência Livre Milton Ozório Moraes, a 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental, a mesa redonda *Hanseníase e Saúde Mental: luta e mobilização*, de 30 de novembro de 2023, que contou com as alianças entre o IOC/Fiocruz; a ENSP/Fiocruz; a Rede HANS BR; o SindPsi/RJ; a Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme); o Morhan e o CFP [22].

A Conferência Livre Milton Ozório Moraes, a 1ª. Conferência Livre de Saúde Mental para o Enfrentamento da Hanseníase, bem como a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio, todas acontecendo em 2023, merecem entrar na história da saúde do Brasil. Parafraseamos Deleuze (2003, p. 323), ao se referir a Foucault: contar a história destas conferências-acontecimentos é delas se servir para outra coisa, a favor de um tempo que há de vir.

Há um movimento de saúde mental que faz parte deste processo. Ele começou em 1970, mas teve um marco histórico com a realização, em 18 de maio de 1987, em Bauru (SP) da 2ª Conferência Nacional do Movimento dos trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), que lutava pelo processo de Reforma Psiquiátrica brasileira. O MTSM se transformou no Movimento da Luta Antimanicomial, com o lema ainda atual “Por uma sociedade sem manicômios”. Esta conferência aconteceu na gestão, como prefeito, do médico sanitarista David Capistrano (2025). A perspectiva de saúde mental desta luta é uma aposta na participação social para a construção de uma sociedade sem manicômios. Uma ampla discussão sobre esta questão tem sido produzida (Whitaker, 2017; Amarante, 2007; Pinheiro, Guljor *et al.*, 2007; Foucault, 1987; Pelbart, 1989)[23] num movimento importantíssimo que clama por uma sociedade sem manicômios.

Importante dizer, sem receio das redundâncias, que lutamos por uma sociedade sem manicômios mentais.

[22] Seguida à Conferência Livre Nacional de Saúde Mental, novas alianças surgem, também coordenadas pela dra. Lúcia Ozório. A mesa *Hanseníase e Saúde Mental: luta e mobilização*, aconteceu em 30 de novembro de 2023, às 10h, em atividade preparatória para a Conferência Nacional de Saúde Mental, com a proposta coletiva de se apresentar uma moção nesta Conferência Nacional. Teceram-se alianças entre: IOC/Fiocruz; Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz); SindPsi/RJ; Rede HANS BR e Rede HANS Mato Grosso; Abrasme; Morhan - Pernambuco; e CFP. Esta mesa teve o apoio da Rede HANS BR, reinaugurando a transmissão da TV Rede HANS BR; do Morhan e do IOC/Fiocruz - jornalismo.https://www.ioc.fiocruz.br/noticias/evento-online-discute-hanseniase-e-saude-mental

[23] Laboratório de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Laps/ENSP/Fiocruz) e a Abrasme, buscando ampliar esta discussão da saúde mental com um pensamento crítico a esta abordagem psiquiatrizante. O livro Anatomia de uma Epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e O aumento assombroso da doença mental, de Robert Whitaker, foi traduzido com o apoio da Fiocruz. Importante também pesquisar sobre estas discussões nos sites http://www.madinamerica.com e http://www.madinbrasil.org.

5 O dispositivo *História oral de vida em comum* e a pesquisa biográfica em saúde mental

Como abordagem metodológica da biopolítica, a práxis do *comum* não pode prescindir da riqueza ontológica dos campos de trabalho — uma de suas táticas mais importantes é a atenção às demandas que neles surgem. René Lourau (1980), um dos precursores da análise institucional, ao problematizar as instituições sociais, considerava tais demandas como analisadores do processo em curso que podem nos levar por muitos caminhos.

A problemática da demanda de *atendimento psicológico* na 1ª Conferência Livre de Saúde Mental teve vários desdobramentos, ainda no ano de 2023, dentre os quais uma demanda vinda inicialmente da Coordenação de Políticas para as Mulheres do Morhan: a criação de um espaço-tempo em que as mulheres que o integravam pudessem se exprimir *em comum*. A autora deste texto foi convidada para mediar o processo.

As mulheres do Morhan buscavam forjar um modo singular de exercer a fala social no campo da hanseníase: demandaram compartilhamento singular de suas vidas, experenciando a potência do estar *em comum* e narrar suas histórias. Estas, clamando por expansão, não ficaram circunscritas à experiência com a hanseníase, iam mostrando que a vida tem uma diversidade de momentos que precisam ter visibilidade.

E o dispositivo *histórias orais de vida em comum* foi se delineando e assumindo seu traço fundamental: a aliança com as fontes populares de narratividade (Pineau, Le Grand, 2013; Benjamin, 2002; Ozorio, 2004, 2014, 2016), impulsionadas pelo *comum* como a forma mais radical de amor (Hardt; Negri, 2013). Concordamos com Deleuze e Guattari (1980) quando dizem que estão cansados das histórias dos reis e tribunais.

Este dispositivo é nômade e vem fazendo suas cartografias desde idos de 2003, em suas alianças com as periferias. Surgiu em Mangueira, comunidade pobre no Rio de Janeiro, justo em 2003, quando esta enfrentava os horrores do Programa Tolerância Zero, do então governo do Estado extremamente intolerante com as insubmissões da comunidade às violências que lhe infligia. Mangueira, comunidade afrodescendente, demandou alianças com o mundo para afirmar seus caminhos de resistência, que vêm acontecendo desde 1892. Mangueira exigia que as histórias das suas verdureiras, criadoras de porcos, rezadeiras e de toda a gente da comunidade fossem conhecidas. A memória *comum,* através das histórias de vida de seus habitantes, na sua potência de devir, é chamada como ferramenta fundamental da estratégia de resistência escolhida por esta comunidade (Ozório; 2007, 2016, 2025. 2026).

Este dispositivo, nas suas caminhadas, chega ao campo da hanseníase. A demanda da Coordenação de Políticas para as Mulheres do Morhan é uma estratégia de resistência e, comumente, esta experiência de contar histórias de vida, inicialmente só com mulheres, foi-se inventando. Trata-se de uma das singularidades de um dispositivo onde os desejos por novos espaços de liberdade gritam.

No momento atual, conta com a participação de pessoas de vários gêneros. O Morhan e o Asa – ambulatório Sousa Araújo de hanseníase do IOC-Fiocruz estabeleceram parcerias de militância, com a autora deste texto sendo chamada a consolidar tal parceria, a fim de que as pessoas do ambulatório também possam participar da experiência.

Torna-se importante assinalar que esta experiência tem tomado vários nomes, todos relacionados à experiência vivida. Digamos que uma espécie de cooperação linguística acontece, sem marcas de ruptura, entre os participantes. O nome *comum* acontece numa processualidade, é a práxis do *comum* exercendo seu direito de nomear.

O primeiro nome *comum* foi *Roda de conversa das mulheres do Morhan*. Quão significativa a escolha deste nome! A roda, de Mãe África, é chamada para dar o primeiro

nome a esta experiência. Como símbolo de resistência ancestral, do espírito de comunidade (Somé, 2007) e da oralidade, a roda surgiu, contribuindo — como se refere Alessandro Portelli (2000) à história oral — como uma alternativa crítica para o século XXI. Acrescentamos: no campo de trabalho com hanseníase.

Na sua movência, surge num segundo momento, o nome *comum Grupo de saúde mental das mulheres do Morhan*. Ao se adensar, o grupo permite que cada mulher aprofunde as marcas de suas experiências de vida, descobrindo o quanto de ensinamento, de descobertas para si e para o mundo contêm. A perspectiva biopolítica de saúde mental com que trabalhamos permite que as vicissitudes e tensões que toda experiência humana porta não sejam neste grupo compreendidas como doença mental. Saúde mental é um campo problemático — muitos restringem, ou melhor, fecham este grande debate entendendo-a como ausência de doença mental, aprisionando-a no campo biomédico, com a psiquiatrização, a medicalização e a patologização da vida, como dizíamos acima.

Compreender a saúde mental como processo aberto ao trabalho do *comum* é clamar por uma sociedade que não aceita clausuras e suas *N* virulências para o controle dos corpos, dos afetos, dos modos de ser e estar no mundo.

O terceiro momento é o atual, em que surge o nome *comum* de *Grupo terapêutico*. O grupo se abre à participação de todos os gêneros, digamos, se abre à multiplicidade. Aos poucos, os participantes, muitos deles assíduos, vão cadenciando um processo em que não se trata de reverenciar, como diz Pelbart (2019), a célebre fórmula dialética do Mesmo e do Outro, da identidade e da alteridade. Não se trata apenas do meu direito de ser diferente do Outro e do Outro ser apenas diferente de mim. "Trata-se de algo mais radical: assumir traços do outro e com isso às vezes até diferir de si mesmo, descolar-se de si, desprender-se da identidade própria e construir sua deriva inusitada" (Pelbart, 2019, p. 174).

Esta abertura para muitas alteridades marca um momento importante deste processo, que permite a singular compreensão da dimensão terapêutica de uma experiência grupal em que a condição essencial do compartilhamento e cooperação está baseada na ética do *comum*, ética da diversidade e multiplicidade, em que as formas positivas e vitais do amor estão baseadas num processo de tornar-se outroS (com S maiúsculo).

A multiplicidade precisa acontecer nos campos de trabalho com hanseníase. A vida, no seu cotidiano como lugar político-desejante — com suas marcas, tensões, invenções, modos de conhecer, acontecer e táticas de agir (Certeau, 1990; Ozório, 2004, 2023) —, pode forjar um novo rumo para a história, diferente daquele que se conhece, como diria Benjamin (2000).

Mas para toda mudança de rumo os processos de assujeitamento precisam ser enfrentados. René Lourau, grande estudioso do conceito de implicação, no seu livro *O Estado Inconsciente*[24] (1978) traz elementos para pensarmos o Estado repressor em nós. Mas a questão é que são muitas as malhas de poder das quais fazemos parte (Negri, 2003, 2006, 2010, 2013). São muitos os biopoderes a enfrentar — eles estão por todos os lados, inclusive em nós —, são muitas as subjetividades que absorvemos e que os reproduzem, disseminando um leque de desigualdades, suas hegemonias e sutilezas bastante virulentas.

Esta discussão é indispensável não apenas para participantes do grupo terapêutico, mas para todes que participam dos campos de trabalho com hanseníase. Ou para o mundo, não é?

[24] Tradução do título original: *L' Etat Insconscient.*

Milton Santos (2001), nosso grande pensador da geopolítica, dizia que no local o mundo se movimenta. Então, como acolher as movências no campo da hanseníase, na perspectiva de uma "multiplicidade de experiências de subversão[25]" (Negri, idem, p. 13)?

Escutemos algumas histórias orais de vida narradas *em comum* pelas mulheres militantes do Morhan. As histórias que seguem aconteceram na comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2024[26], como tática de resistência da Coordenação de Políticas para as Mulheres do Morhan. Importante remarcar que, ao aceitarem que suas histórias de vida fossem gravadas[27] e transmitidas durante o processo de narração ao vivo, estas mulheres dão uma resposta obstinada, cuidadosa e com muita imaginação a este desafio.

> *[...] não podemos deixar ninguém contar a nossa história, a gente é que precisa contar a nossa história, porque quem viveu as dores e quem vivenciou a superação fomos nós mesmas [...].* Francilene de Carvalho Mesquita (grifo nosso).

> *[...] A sociedade precisa saber o que nós passamos e sobre o sofrimento. Sou filha separada e quando nasci fui direto para o educandário. Não pude ter contato, nem amor, nem carinho, fui privada disso tudo [...]. Tive um contato com ela como mãe, quando eu já tinha 13 anos, quando ela foi me visitar. Nós ficávamos na secretaria e os pais distantes de nós. [...] Eu queria abraçar a minha mãe, só que não podia, então eles davam beliscão por baixo da blusa. Quando meu irmão nasceu, ele chegou todo sujo embrulhado em um pano. Eu falei: [...] a maninha vai cuidar de você, vai te dar todo carinho. Aí as crianças disseram para as cuidadoras [...] eu apanhei... disseram: você não pode pegar porque ele veio do Hospital de Leproso [...] quando a minha mãe levava um bolo pra gente, eles retalhavam todo o bolo e diziam: esse bolo tem lepra [...] daí minha mãe me tirou do educandário, eu vim para a Colônia de Curupaiti e precisei ficar escondida, pois lá não aceitava criança [...]* Marli da Silva Oliveira, filha separada (grifo nosso).

> *[...] a médica suspeitou que eu estava com hanseníase, por conta dos sinais e sintomas que eu relatei, [...] era o dia do meu aniversário [...] eu saí de lá praticamente com o diagnóstico fechado, porque ela me encaminhou à dermatologista, e disse que eu precisava fazer a baciloscopia para realmente fechar o diagnóstico. Aqui em casa, nos aniversários, a gente sempre fazia bolo, docinho, salgadinho, e algumas amigas de infância sempre estavam comigo, [...] à noite quando elas chegaram, eu estava toda sem jeito, porque eu fiquei receosa de transmitir a doença às pessoas, porque eu ainda não tinha o diagnóstico fechado e não tinham me dito que eu não estava transmitindo e eu realmente não estava, o meu tipo foi tuberculóide, [...] eu disse, gente é o meu aniversário, mas... não me abraça não, porque eu não sei se eu vou estar transmitindo alguma coisa pra vocês [...] minhas amigas me disseram: [...] menina, o que é isso, a gente vai te abraçar sim, é o seu aniversário [...] elas me abraçaram e foi um momento que eu lembro sempre, e fico até emocionada [...].* Pollyane Medeiros (grifo nosso).

5.1 *Histórias orais de vida, em comum:* uma memória-composição

Estas histórias surpreendentes (Benjamin, 2000) convidam-nos a pensar que é possível forjar novas coordenadas de enunciação no campo da hanseníase.

[25] Tradução da autora do texto.

[26] Este trabalho contou com a mediação da psicóloga Lúcia Ozório e participação de muitas mulheres militantes do Morhan. Foram duas as fontes de inspiração desta atividade: o Grupo Terapêutico de Mulheres do Morhan, mediado pela autora deste texto e a experiência conduzida por Francilene de Carvalho Mesquita no encontro presencial das Entrelaçadas (mulheres que se juntam para fortificar suas lutas) realizado em Teresina no Piauí.

[27] Disponível em: https://youtu.be/_Cphj1IgHCc.

Consideramos que as *histórias orais de vida em comum*, um dispositivo biopolítico da pesquisa biográfica, são um modo e um ato singulares de trabalhar a memória num campo de trabalho em que se busca construir a práxis do comum.

Com este dispositivo de pesquisa, utilizamos uma compreensão de memória-composição (Ozório, 2016, 2022, 2026). Para tal, inspiramo-nos em Gilles Deleuze e Felix Guattari (1988), com suas contribuições sobre agenciamento coletivo de enunciação. Pensamos que esta noção se articula com a de modos de subjetivação de Antonio Negri (2006, 2010) e da parceria deste com Michel Hardt (Hardt; Negri, 2010, 2013).

Desde uma perspectiva epistemológica, temos então como aliados: René Lourau (1997), com o conceito de implicação do pesquisador/trabalhador; Michel de Certeau (1990), com suas táticas quotidianas; Walter Benjamin (2000), com suas críticas ao empobrecimento da experiência; Alessandro Portelli (2002), com entendimentos da história oral como uma "extenção da política", como crítica em ato ao silenciamento da diferença; Sobonfu Somé (2007), com seu entendimento africano de comunidade; Amadou Hampâté Bâ, com seus conhecimentos africanos sobre oralidade; Antônio Negri (2010), sobre resistênia e potência, sobre o comum como aumento de potência e nova qualificação de vida (2006, 2010); Michel Hardt e Antônio Negri (2013, 2013a), sobre práxis do comum; sobre o amor como a forma mais radical do amor, sobre modos de subjetivação e sobre o estar *em comum*; Michel Foucault (1982), sobre potências da contra-memória; Maurice Blanchot (1973), sobre o partilhar incompletudes, silêncios e insuficiências de *comunidade*; Gilles Deleuze e Felix Guattari (1988), sobre agenciamento coletivo de enunciação; Gilles Deleuze (2003), sobre dispositivo; Paul Veyne (1992), sobre memória como acontecimento; Michel Pollak (1989), sobre memórias subterrâneas e seu trabalho de subversão no silêncio; Alistair Thomson (1997), sobre recomposições da memória; Lúcia Ozório (2005, 2007, 2016, 2022, 2023, 2025, 2026), sobre nexos da memória com o estar *em comum*, sobre entendimentos da memória-composição e sobre o dispositivo história oral de vida *em comum*; Gaston Pineau (2002), Ferraroti (2013), sobre história de vida; Ozório (2007, 2016, 2023); Ozório; Sarr; Diakhate e Leray (2025) sobre história de vida e intergeracionalidade; Delory-Momberger e Niewiadomsky (2009), Etcheverry (2022), Ozório (2004, 2007, 2016, 2022), Gaston Pineau e Hervé Breton (2022), sobre histórias de vida e resistência.

Os leitores, se acessarem o *link*[28] desta experiência narrativa, poderão perceber que as histórias acima foram narradas *em comum*. Trata-se de um processo de narração muito rico, que convida a seguir por muitos caminhos para debatê-lo. Como diz Deleuze (2003), todo dispositivo é um novelo com muitos fios. Escolhemos alguns que possam contribuir para a nossa problemática de pro-vocar (pro-vocare) a fala social nos campos de trabalho com hanseníase.

Vamos privilegiar algumas discussões sobre a memória como agenciamento coletivo de enunciação, o que chamamos de memória-composição. Começamos então por relevar a importância da comunidade narrativa e da oralidade para África, e para nós, explorando uma perspectiva da memória como extensão da política. Tal perspectiva considera o campo de produção da memória como *trabalho vivo,* em que pulsa comunidade como práxis do *comum*, que trabalha uma não aceitação do viver numa sociedade em que a diferença é vista como negativa.

Aliamos a história oral à história de vida e começamos afirmando nossas alianças com a resistência africana. Não podemos esquecer que nosso dispositivo *história oral de vida em comum* nasceu na comunidade de Mangueira, no Rio de Janeiro, que é uma

[28] Disponível em: https://youtu.be/_Cphj1IgHCc

comunidade afrodescendente. Como os campos de trabalho com hanseníase estão enriquecidos com a afrodescendência.

Na África, a tradição oral é símbolo de resistência. Quando um ancião morre, uma biblioteca se queima, diz o escritor do Mali, da cidade de Bandiagara, Amadou Hampâté Bâ (1993). E Sobunfu Somé (2007), escritora africana que viveu em Dagara, diz que a palavra é a coisa que o conhecimento não come. Esta aliança da oralidade com a história de vida narrada *em comum* aposta na potência da palavra e da memória como resistência, um agenciamento entre oralidade e comunidade como práxis do comum (Ozório, 2017, 2022, 2023, 2025).

Somé (2007) traz uma compreensão de comunidade que contribui para nossa discussão, ao considerar a comunidade como uma rede de apoio que se fortifica no coletivo e nas bases de um espaço e de um tempo determinado.

O processo de constituição da memória-composição precisa experimentar este momento de comunidade, tal como entendido pela autora, que explicita a ética Ubuntu, ética de vida cara à África, onde "[...] os valores, as experiências não têm fundamento se elas não estão a serviço de gerar vida, tanto a sua como a dos outros" (Kashindi, 2017, p. 21). *Eu sou porque nós somos*, diz a ética Ubuntu, estabelecendo nexos com nosso dispositivo biopolítico que busca apostar na potência da vida e do estar *em comum*.

Somé (2007, p. 47) acrescenta: toda comunidade precisa do ritual que estabelece "[...] um laço com nosso ser, com a comunidade e com as forças que nos cercam".

Qual é nosso ritual? O ritual do dispositivo *histórias orais de vida em comum* é o encontro para partilha das muitas dimensões da vida. Seu modo de acontecer é on-line, pois dele participam pessoas de todo o Brasil e até de Portugal — está aberto para o Brasil e para o mundo. Sua modalidade de acontecer é uma estratégia de resistência para a construção de uma frente democrática-comunitária da saúde, de mãos dadas com o SUS, mostrando que a experiência virtual pode apostar no comum que problematizamos.

Nosso dispositivo como não poderia deixar de ser, como estratégia de resistência enfrenta as maldades das desigualdades sociopolíticas, inclusive a dificuldade de acesso de muitos participantes destes cantos do Brasil. Acontece num mesmo dia combinado, semanalmente, num mesmo horário, considerando Kronos mais na função apenas desta referência para os participantes. Porque privilegia-se a flexibilidade quanto ao tempo de duração — em geral, cada encontro conta com muitas horas para acontecer —, buscando aberturas para muitas outras formas de tempo. Além de sincronias e diacronias narrativas, temos o processo trasversalizado por Kairós, o tempo de um presente aberto, inventivo e gerador, o tempo do instante e seu potencial disruptivo (Negri, 2003). Temos também o tempo do devir, *Aion*, tempo sem duração, como fluxo contínuo, onde o devir acontece sempre (Deleuze, Guattari, 1988; Negri, 2003).

São tempos que trabalham neste complexo engendramento da memória, intervindo no tempo veloz, voraz e capitalista que quer a dispersão — quanto mais dispersão menos ação *do comum, em comum.*

Como condição para participar desta experiência, basta estar inscrito no Morhan ou frequentar o ASA – ambulatório de hanseníase Sousa Araújo do IOC/Fiocruz.

Então perguntamos: como funciona nosso dispositivo? Trazemos o construtivismo de Michel Pollak (1989) para adentrar nesta questão. No seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio* ele se pergunta: "[...] através de que relações nos constituímos, a cada momento, como sujeitos que recordam, esquecem, silenciam?" (Pollak,1989, p. 4). A pergunta deste autor mostra sua implicação com o processo de produção da memória, proposta construtivista. Tal pergunta possui nexos com nosso campo trabalho. Dizíamos acima que as vozes múltiplas que habitam o campo de trabalho

para o enfrentamento da hanseníase precisam ser ouvidas. As vozes do saber popular estão muito esquecidas, ainda muito silenciosas/silenciadas. Este artigo de Pollak é uma provocação.

Num campo onde existe tanto silenciamento, pode a história de vida narrada *em comum* ser uma estratégia de resistência? Pode facilitar que a fala social circule? A resistência solitária de tantos afetados pela hanseníase pode se conectar com a potência da resistência do estar *em comum* no momento da narração de suas vidas ?

Hardt e Negri (2013a) consideram que, paradoxalmente, a crise pode produzir um *estar em comum*, que encontra diferentes modos de expressão. As grandes dificuldades de vida das pessoas afetadas, os grandes desafios que têm para a cura desta doença, podem provocar rupturas — ou seja, um campo de novas configurações onde poder, potência, sonhos, desejos e corpos engendram. O momento de narração *em comum*, a memória-composição como estratégia para enfrentar a crise, pode favorecer a expressão de processos de singularização onde desejo, autoafirmação, autovalorização, cooperação trabalham para alternativas de liberdade.

A experiência com nosso dispositivo de trabalho tem mostrado que o processo de narração *em comum*, no seu *aqui e agora*, pode provocar subversões no sujeito, no grupo e no mundo.

A racionalidade do discurso biomédico precisa conhecer o encantamento num campo de memória-composição. Nele as arte-manhas da memória aliada à potência das experiências de vida ensinam estratégias para enfrentar a hanseníase. Como diz Portelli (2000), esta memória, construída oralmente, pode ser uma alternativa crítica para o trabalho com hanseníase no século XXI — e exercendo, como ele diz, o direito de revelar o que se pode ou deseja.

Ozório (2016) acrescenta a estas reflexões quando traz a problemática do contexto transversalizando o processo narrativo, ao analisar o papel deste em relação ao que pode ser narrado. O silêncio, no seu viés de resistência-potência da vida, e o silêncio-violência contra a vida emergem nos interstícios deste processo. Importante assinalar que os silêncios como emergências no campo da narração *em comum* produzem os mais diversos regimes de enunciação. O silêncio, num processo de produção da memória, fala.

Blanchot (1973), ao trazer a questão dos consentimentos nos silêncios, se refere a uma "*comunidade de ausência*" em que o que se partilha são as incompletudes, os silêncios, as insuficiências. Esta comunidade supõe mais uma permissão que uma interdição.

Se Pollak se pergunta sobre a importância das relações ao memorar, Alistair Thomsom (1997), outro autor construtivista, acrescenta ao nosso debate ao relacionar memória com o momento da narração. Para o autor, memória é processo, está sempre em mutação. Memória é um campo de pluralidade de versões, sem a preocupação com a verdadeira versão, ou com as "distorções" de que a historiografia do poder acusa a história oral. Os historiadores, diz Thomson (1996, p. 67), "[...] não se deram conta de que as "distorções" podem ser um recurso, além de um problema".

Aliás, poderíamos dizer que tais "distorções", sutilezas da memória, problematizam seu campo de produção, o pensamento, o conhecimento, a produção de subjetividades tanto nas suas versões de liberdade como de violência. As "distorções" abrem brechas para questionamentos à historiografia do poder e suas verdades.

Nosso dispositivo *história oral de vida em comum* é práxis de uma memória que se interessa pelas cartografias da memória, pelos seus mais diversos regimes de enunciação da vida, que surgem de acordo com o momento vivido *em comum* durante o processo de narração. Estamos num processo que não exige aferições no olhar, comporta

eloquência, segredo, normalização, oficialismo, omissão, insurgência, imprecisão, encantos com o ínfimo, com conhecimentos desconhecidos, com *insignificanças*, *ignoranças*. Uma relação complexa, mutante, com muitas histórias e mitos aceitos ou desconhecidos relacionados à história da hanseníase denotam a riqueza desta produção. Na narração *em comum* elimina-se regências, reis da linguagem; certas críticas da acuidade científica.

Esta memória em que o "[...] *estar em comum* [...] trabalha uma composição de memórias onde podemos antever uma produção de novas subjetividades [...]" (Ozório, 2022, p. 113), não trata de individualizar a subjetividade. Esse dispositivo biográfico

> comuniza a subjetividade, que é objeto de uma produção intensiva que transborda o indivíduo por todos os lados. (...) há uma intervenção no confinamento do processo narrativo no indivíduo. Processos de individuação e subjetivação atravessam esse dispositivo, conectando fluxos os mais heterogêneos dos quais o indivíduo é apenas uma das resultantes. (Ozório 2016, pp. 73–74)

Inspirando-nos em Deleuze e Guattari (1988), esta memória pode ser entendida como um agenciamento coletivo de enunciação. Trazemos uma compreensão de memória como agenciamento sempre. As mutações, as metamorfoses e a resistência como potência trabalham neste processo. Muitas vozes, muitos silêncios, muitos devires, muitos povos, muitas lutas se agenciam nas histórias dos participantes e engendram. São engendramentos num plano de composições enunciativas, periféricas, materiais, imateriais, imperceptíveis, desejantes.

A memória-composição não é nem social-coletiva nem individual-psicológica. Como agenciamento coletivo de enunciação traz uma compreensão de memória como acontecimento formado de elementos os mais heterogêneos que atravessam o campo narrativo (Ozório, 2026).

Torna-se importante relevar a singularidade de nosso dispositivo *história oral de vida em comum.* Deleuze diz que pertencemos aos dispositivos e agimos neles. Todo dispositivo tem uma atualidade que precisa ser relevada. O que é o atual? Para Deleuze (2003, p. 322) "O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas sim o que estamos nos tornando." Em todo dispositivo há o que somos, quer dizer, o que já não somos mais — que é parte da história; e o que estamos em vias de nos tornar — o atual, que está acontecendo no *aqui e agora*.

Trazer para os campos de trabalho com hanseníase esta perspectiva da memória que considera a história, mas apostando no devir, não seria ter "[...] uma história do presente construída contra o presente a partir do que ele porta como devir?" (Ozório, 2026, p. 20).

VI. Ainda problematizando

Voltemos à Negri (2011): sem ontologia não tem produção do *comum. E*nquanto escrevia este texto tinha a sensação de ter ao fundo algo muito forte se movimentando. Algo resiste. E uma pergunta vinha insistente: por que não considerar os campos de trabalho com hanseníase como emergência – levar em conta a ontologia - se aliando ao muito que surge na suas bases, nas suas áreas de investigação - projetos, afetos, ações, percursos, acontecimentos, subjetividades?

Nós, os atores que participamos destas novas cartografias debatidas neste texto, apostamos no " é preciso resistir ". A resistência está necessariamente ligada à lutas de demandas e reivindicações nos campos de trabalho.

Vem-nos à cabeça neste instante David Capistrano, médico sanitarista, dentre as tantas e tantas de suas singularidades, que dizia no seu artigo *A falsidade do círculo vicioso da pobreza e da doença*, sobre a

> "[...] *frustração profissional dos sanitaristas ... que se sentem às vezes carregando água em peneira. ... só se libertarão dessa sensação quando associarem ao trabalho sanitário, como parte dele, a luta pela transformação das relações sociais que hoje, no Brasil, significa se incorporar ao movimento pela democratização do país."* (Capistrano, 2008, p. 46-47).

Concordamos com Capistrano. Fazer avançar uma frente democrática – comunitária da saúde aliada ao SUS é saber que a saúde pública tem um papel indispensável na construção de um país que quer igualdades sociopolíticas. A trilogia capistraniana que alia compromisso, intervenção – pois é preciso ousar para transformar – e a pressa em atender demandas seculares – a hanseníase é uma doença secular – considera que todo profissional de saúde precisa ter consciência – no sentido freireano (Freire, 1975) – do seu papel político de transformação social. A práxis está em questão, que ele chamava de práxis sanitária.

Capistrano (2008) enfatiza a importância do profissional de saúde neste projeto de organização política do país, intervindo nas violências da miséria, da exploração capitalista. Seu protagonismo como dirigente ocupando cargos fundamentais para favorecer esta saúde democrático-comunitária faz parte da história do SUS que precisa ser conhecida. História que mostra a importância de um profissional de saúde comprometido com respostas à urgências de um país.

Neste texto exploramos a práxis do *comum*. Enfatizamos uma perspectiva da práxis que, sem negar a importância do profissional de saúde proposta por Capistrano, agencia o protagonismo da classe, como dizem Hardt e Negri (2013), dos que sofrem o efeito perverso da tutela do capital, nas suas vidas, e muito especificamente, nos seus corpos. Nossos campos de trabalho com hanseníse escancaram este problema. Realmente podemos dizer, não estamos convencidos de que os derrotados sigam derrotados para sempre.

Precisamos desmistificar a probreza, considerá-la em suas dimensões ontológica e material como diz Negri (2006; 2010) inspirado em Espinosa. Não se trata de interpretações religiosas, econômicas ou socialistas da pobreza. Precisamos experenciá-la como força que se instaura num momento de necessidade que se abre à potência de um desejo. A resistência sobre a qual discutimos, não aceita a violência do poder sobre a vida.

Resistência é potência (Negri, 2010 p.9). Neste texto buscamos pensar o *comum* fundamentalmente como resistência, trabalhado pela potência da experiência criativa. Negri costuma dizer que o trabalho do comum ""[...] não é um enigma." (Negri, 2006 p. 43). Mas realmente fica a questão : como não apenas apreender mas encontrar caminhos para a enunciação coletiva, com todo um sistema de modelização que nos assedia? A atenção aos ritmos e variações biopolíticas do comum pode nos facilitar este caminho ?

Neste texto utilizamos uma estratégia interpretativa que se alia à potência dos campos de trabalho com hanseníase e seus *N* saberes. Aos discursos que se fecham à esta heterogeneidade, carece-lhes uma redefinição profunda do que é o conhecimento científico, como o fazem o físico-químico vencedor do Prêmio Nobel Ilya Prigogine e a filósofa Isabelle Stengers(1997) no livro A nova Aliança, obra que consideramos um

manifesto epistemológico. O sociólogo René Lourau (1980), no seu livro L' autodissolution des avant-gardes[29] também contribui para esta necessária redefinição quando lembra que depois de Hiroshima e Nagasaki as-os pesquisadoras-es devem fazer necessariamente uma análise de sua implicação com o pensamento que estão produzindo. E temos uma outra importante redefinição proposta pelo geneticista Milton Ozório Moraes protagonizando no campo da hanseníase alianças da ciência com os movimentos sociais.

Arantes e Lana (2022) problematizam o discurso biomédico que denominam de normativo-curativista. Realmente refletimos: precisamos favorecer o pensamento rizomático, como Deleuze e Guattari (1988) o fizeram no seu livro Mil Platôs, Pois são muitos os platôs para serem visitados nos campos de trabalho com hanseníase. Este pensamento não tem nenhum interesse em modelizações apriorísticas. Toda modelização é normativa. Como um rizoma, o pensamento vai-se construindo a partir das conexões transversais que vão-se processando no seu caminhar. Pensamos em conexões entre os diferentes saberes que participam de nossos campos de trabalho que possam ir construindo um pensamento aberto à heterogeneidade e multiplicidade.

Sabemos que as alternativas aos modelos dominantes têm seu tempo de experimentação (Ozório, 2021). Nas nossas discussões, torna-se fundamental relevar o exercício de uma imaginação política, afetiva, corporal, existencial, territorial, teórica. A alegria que emana deste processo anima ou consegue ver e se aliar à diferentes experimentações de mundos possíveis e engendramento de novas subjetivações. Sim, porque muitíssimas vezes não percebemos os sistemas de modelização que nos assediam, que moldam nosso pensamento, nossas práticas. Nossas vidas.

As primeiras compreensões em Deleuze e Guattari (1988) sobre processo de subjetivação foi como assujeitamento, buscando justo problematizar a subserviência aos processos de modelização que buscam garantir o *status quo.* Foi justamente dialogando com a obra de Foucault que Deleuze avança nestas problematizações. Num diálogo com Negri Deleuze, , sempre interessado nos prolongamentos dos esplendores do acontecimento e da subjetividade na história, respondeu a este que podemos considerar os processos de subjetivação quando se leva em conta os diversos modos pelos quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeito. Porém, no coração da subjetividade há uma compreensão desta não como assujeitamento, mas como resistência aos saberes e poderes dominantes. Pois a luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença, como direito à variação, à metamorfose.

A demanda de *atendimento psicológico* na 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental para o enfrentamento da hanseníase é um analisador dos clamores do direito à diferença, do direito à expressão de novos sentidos, direito às metamorfoses. Temos debatido neste texto o direito à construção de uma nova episteme no trabalho com hanseníase, com a inclusão da perspectiva biopolítica de saúde mental, de mãos dadas com a fala social. Um outro direito que clama nesta demanda é o direito de participar da desconstrução do estigma. Arantes e Lana (2022) apontam a persistência da lepra como "lepra social". Realmente persiste como subjetividade violenta no tecido sociopolítico, apesar da mudança do nome para hanseníase.

O programa Brasil Saudável, unir para cuidar[30] tem como meta eliminar as doenças consideradas negligenciadas, em 2030. O governo federal criou-o por decreto presidencial em 2023 e o ampliou em 2024. Articula atualmente 14 ministérios, sob

[29] A auto-dissolução das vanguardas (tradução da autora deste texto)

[30] https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel acesso 12-06-2026

coordenação do Ministério da Saúde, com foco na eliminação, de onze doenças consideradas problemas de saúde pública. Sao denominadas de doenças negligenciadas : tuberculose, hanseníase, esquistossomose, entre outras e cinco infecções relacionadas à transmissão vertical : hepatite B, sífilis congênita e doença de Chagas. A inclusão de diferentes ministérios neste desafio, como o da educação (MEC); o da cultura (Minc), o dos direitos humanos e o da cidadania (MDHC) e tantos outros, evidencia uma compreensão por parte deste governo federal da complexidade da problemática da saúde no Brasil. Talvez este programa esteja se inspirando na trilogia capistraniana, pois está realmente respondendo à urgências seculares da população. Empreendimento alvissareiro este, que abre um novo brilho capaz de expandir a potência das políticas públicas do SUS intervindo na divisão de classes na sociedade brasileira, muito desigual.

Para a perspectiva biopolítica de saúde mental, as políticas públicas democráticas que respondam à necessidades da população são fundamentais pois participam da produção de novas subjetividades que privilegiam a vida. Na verdade abrem vias para a proliferação de revoluções micropolíticas, advindas de processos criativos, individuais e coletivos. As subjetividades tóxicas como a *lepra social* podem sofrer um processo de desconstrução po estas políticas públicas democráticas.

A imaginação é uma das marcas da resistência e da liberdade (Negri, 2010). Podemos imaginar nossa luta num processo em que a eliminação está na pauta de políticas públicas democráticas. Assim como existem as metas, existem as travessias. Tenhamos também um olhar para as travessias e sua ética, como singularidade das travessias biopolíticas e suas cartografias, inimagináveis. Onde os caminhantes, muitos, "vivem na dor", outros vivem relegados a uma humanidade supérflua, sem grandes utilidades para o capital. Mas aquém destas demolições, há um despertar de potências adormecidas, como diz Mbembe (2018a), de sonhos secretos de ressureição dos quais o corpo faz parte.

Fiquemos com H, um participante da militância do Morhan: Não dá para perder a esperança.

6 Ainda problematizando

Voltemos a Negri (2011): sem ontologia não há produção do *comum.* Enquanto escrevia este texto, tinha a sensação de ter ao fundo algo muito forte se movimentando, algo resiste. E uma pergunta vinha insistentemente: por que não considerar os campos de trabalho com hanseníase como emergência, levar em conta a ontologia, se aliando ao muito que surge nas suas bases, nas suas áreas de investigação — projetos, afetos, ações, percursos, acontecimentos e subjetividades?

Nós, os atores que participamos das novas cartografias debatidas neste texto, apostamos no "é preciso resistir". A resistência está necessariamente ligada às lutas por demandas e reivindicações nos campos de trabalho.

Vem-nos à cabeça neste instante David Capistrano, médico sanitarista que, dentre suas tantas e tantas ~~de suas~~ singularidades, ~~que~~ falava — no seu artigo *A falsidade do círculo vicioso da pobreza e da doença* — sobre a

> *[...] frustração profissional dos sanitaristas [...]que se sentem às vezes carregando água em peneira. [...] só se libertarão dessa sensação quando associarem ao trabalho sanitário, como parte dele, a luta pela transformação das relações sociais que hoje, no Brasil, significa se incorporar ao movimento pela democratização do país* (Capistrano, 2008, p. 46-47, grifo nosso)

Concordamos com Capistrano. Fazer avançar uma frente democrática-comunitária da saúde aliada ao SUS é saber que a saúde pública tem um papel indispensável na construção de um país que quer igualdades sociopolíticas. A trilogia capistraniana que alia compromisso, intervenção — pois é preciso ousar para transformar — e ~~a~~ pressa em atender demandas seculares, e a hanseníase é uma doença secular, considera que todo profissional de saúde precisa ter consciência, no sentido freireano (Freire, 1975), do seu papel político de transformação social. A práxis está em questão, que ele denominava práxis sanitária.

Capistrano (2008) enfatiza a importância do profissional de saúde neste projeto de organização política do país, intervindo nas violências da miséria, da exploração capitalista. Seu protagonismo como dirigente ocupando cargos fundamentais para favorecer esta saúde democrático-comunitária faz parte da história do SUS que precisa ser conhecida. História que mostra a importância de um profissional de saúde comprometido com respostas às urgências de um país.

Neste texto exploramos a práxis do *comum*. Enfatizamos uma perspectiva da práxis que, sem negar a importância do profissional de saúde proposta por Capistrano, agencia o protagonismo da classe, como dizem Hardt e Negri (2013), dos que sofrem o efeito perverso da tutela do capital nas suas vidas e, muito especificamente, nos seus corpos. Nossos campos de trabalho com hanseníase escancaram este problema. Realmente podemos dizer que não estamos convencidos de que os derrotados sigam derrotados para sempre.

Precisamos desmistificar a pobreza, considerá-la em suas dimensões ontológica e material, como diz Negri (2006; 2010), inspirado em Espinosa. Não se trata de interpretações religiosas, econômicas ou socialistas da pobreza. Precisamos experenciá-la como força que se instaura num momento de necessidade que se abre à potência de um desejo. A resistência sobre a qual discutimos não aceita a violência do poder sobre a vida.

Resistência é potência (Negri, 2010). Neste texto buscamos pensar o *comum* fundamentalmente como resistência, trabalhado pela potência da experiência criativa. Negri costuma dizer que o trabalho do comum "[...] não é um enigma" (Negri, 2006 p. 43). Mas a questão que realmente fica é: como não apenas apreender, mas também construir caminhos para a enunciação coletiva, com todo um sistema de modelização que nos assedia? A atenção aos ritmos e variações biopolíticas do comum pode nos facilitar este caminho?

Aqui utilizamos uma estratégia interpretativa que se alia à potência dos campos de trabalho com hanseníase e seus *N* saberes. Aos discursos que se fecham a esta heterogeneidade, carece-lhes uma redefinição profunda do que é o conhecimento científico, como o fazem o físico-químico vencedor do Prêmio Nobel Ilya Prigogine e a filósofa Isabelle Stengers (1997) no livro *A nova aliança*, obra que consideramos um manifesto epistemológico. O sociólogo René Lourau (1980), em *L' autodissolution des avant-gardes*[31] também contribui para esta necessária redefinição ao lembrar que, depois de Hiroshima e Nagasaki, os pesquisadores devem fazer necessariamente uma análise de sua implicação com o pensamento que estão produzindo. E temos outra importante redefinição, proposta pelo geneticista Milton Ozório Moraes, protagonizando no campo da hanseníase alianças da ciência com os movimentos sociais.

Arantes e Lana (2022) problematizam o discurso biomédico que denominam de normativo-curativista. Realmente refletimos: precisamos favorecer o pensamento rizomático, como Deleuze e Guattari (1988) o fizeram no seu livro *Mil platôs*, pois são muitos os platôs a serem visitados nos campos de trabalho com hanseníase. Este

[31] A autodissolução das vanguardas (tradução da autora deste texto).

pensamento não tem nenhum interesse em modelizações apriorísticas, toda modelização é normativa. Como um rizoma, o pensamento vai se construindo a partir das conexões transversais que se processam no seu caminhar. Pensamos em conexões entre os diferentes saberes que participam de nossos campos de trabalho que possam, gradativamente, construir um pensamento aberto à heterogeneidade e à multiplicidade.

Sabemos que as alternativas aos modelos dominantes têm seu tempo de experimentação (Ozório, 2021). Nas nossas discussões, torna-se fundamental relevar o exercício de uma imaginação política, afetiva, corporal, existencial, territorial, teórica. A alegria que emana deste processo anima ou consegue ver e se aliar a diferentes experimentações de mundos possíveis e ao engendramento de novas subjetivações. Sim, porque muitíssimas vezes não percebemos os sistemas de modelização que nos assediam, que moldam nosso pensamento, nossas práticas, nossas vidas.

As primeiras compreensões em Deleuze e Guattari (1988) sobre processo de subjetivação foi como assujeitamento, buscando justo problematizar a subserviência aos processos de modelização que buscam garantir o *status quo.* É justamente dialogando com a obra de Foucault que Deleuze avança nestas problematizações. A uma pergunta de Negri, sempre interessado nos prolongamentos dos esplendores do acontecimento e da subjetividade na história, Deleuze respondeu que podemos considerar os processos de subjetivação quando se leva em conta os diversos modos pelos quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeito. Porém, no coração da subjetividade há uma compreensão desta não como assujeitamento, mas como resistência aos saberes e poderes dominantes. Pois a luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença, como direito à variação, à metamorfose.

A demanda de *atendimento psicológico* na 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental para o enfrentamento da hanseníase é um analisador dos clamores do direito à diferença, do direito à expressão de novos sentidos, direito às metamorfoses. Temos debatido aqui o direito à construção de uma nova episteme no trabalho com hanseníase, com a inclusão da perspectiva biopolítica de saúde mental, de mãos dadas com a fala social. Outro direito que clama nesta demanda é o de participar da desconstrução do estigma. Arantes e Lana (2022) apontam a persistência da lepra como "lepra social" — e realmente persiste como subjetividade violenta no tecido sociopolítico, apesar da mudança do nome para hanseníase.

O programa *Brasil Saudável, unir para cuidar*[32] tem como meta eliminar as doenças consideradas negligenciadas, em 2030. O governo federal criou-o por decreto presidencial em 2023 e o ampliou em 2024. Articula atualmente 14 ministérios, sob coordenação do Ministério da Saúde, com foco na eliminação, de 11 doenças consideradas problemas de saúde pública. São denominadas doenças negligenciadas: tuberculose, hanseníase e esquistossomose, entre outras, e 5 infecções relacionadas à transmissão vertical: hepatite B, sífilis congênita e doença de Chagas. A inclusão de diferentes ministérios neste desafio — como o da Educação (MEC), o da Cultura (Minc), o dos Direitos Humanos e o da Cidadania (MDHC) e tantos outros — evidencia uma compreensão do governo federal acerca da complexidade da problemática da saúde no Brasil. Talvez este programa se inspire na trilogia capistraniana, pois está realmente respondendo às urgências seculares da população. Empreendimento alvissareiro este, que gera um novo brilho capaz de expandir a potência das políticas públicas do SUS intervindo na divisão de classes na sociedade brasileira, muito desigual.

Para a perspectiva biopolítica de saúde mental, as políticas públicas democráticas que respondam às necessidades da população são fundamentais, pois participam da

[32] Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel acesso 08-06-2026.

produção de novas subjetividades que privilegiam a vida. Na verdade, abrem vias para a proliferação de revoluções micropolíticas, advindas de processos criativos, individuais e coletivos. As subjetividades tóxicas, como a *lepra social*, podem sofrer um processo de desconstrução por estas políticas públicas democráticas.

A imaginação é uma das marcas da resistência e da liberdade (Negri, 2010). Podemos imaginar nossa luta num processo em que a eliminação está na pauta de políticas públicas democráticas. Assim como existem as metas, existem as travessias. Tenhamos também um olhar para as travessias e sua ética, como singularidade das travessias biopolíticas e suas cartografias, inimagináveis. Onde os caminhantes, muitos, "vivem na dor", outros relegados a uma humanidade supérflua, sem grandes utilidades para o capital. Contudo, aquém destas demolições, há um despertar de potências adormecidas, como diz Mbembe (2018a), de sonhos secretos de ressureição dos quais o corpo faz parte.

Fiquemos com a fala de H, um participante da militância do Morhan: "[...] não dá para perder a esperança".

Referências

AMARANTE, P.; WHITAKER, R. **Desmedicar**: a luta global contra a medicalização da vida. São Paulo: Zagodoni, 2024.

ARANTES, E. O.; LANA, F. C. F. Representações sociodiscursivas sobre a hanseníase em campanhas educativas: implicações na redução do estigma. **Bras. Enferm.**, v. 27, suppl. 2, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0410pt.

BÂ, A. H. **Amkoullel, l´enfant peul**. Arles: Actes du Sud, 1993.

BADIOU, A.; ZIZEK, S. **L´Idée du Communisme**. France: Nouvelles Editions Lignes, 2011.

BICALHO, P. P. G. de. Processus de subjectivation et droits de l'homme : des pistes de réflexion pour un débat en psychologie communautaire. *In:* OZÓRIO, L. **La praxis du commun dans la production de la connaissance (Afrique, Amérique du Sud et Europe)**. Paris: L'Harmattan, 2021. p. 163-173.

BOCAYUVA, P. C. C. **Crueldade e catástrofe em tempos de barbárie**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 maio 2026.

CAPISTRANO, D. C. F. A falsidade do círculo vicioso da pobreza e da doença. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 46-47, 2008.

CAPISTRANO, D. C. F. **Da saúde e das cidades**. [*S. l.*]: Hucitec, 2025.

CERTEAU, M. de. **L'invention du quotidien**. 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.

COIMBRA, C. **Fragmentos de Memórias Malditas**. Invenção de si e de mundos. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil mesetas**. Trad. J. Vázquez. Valência: Pré-textos, 1988.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2007

DELEUZE, G. Lo que dicen los niños. *In:* DELEUZE, G. **Crítica y clínica***,* Anagrama, 1996. p. 89-97.

DELEUZE, G. Qu´est-ce un dispositif? *In:* **Deux Régimes de Fous**. Paris: Editions de Minuit, 2003. p. 316-325.

DELORY-MOMBERGER C.; NIEWIADOMSKY, C. **Vivre/survivre, récits de résistance**. Paris: Téraèdre, 2009.

DESPRET, V. **A la salud de los muertos:** relatos de quienes quedan. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2021.

ETCHEVERRY, G. **Cartografía del problema de la producción de lo común en la grupalidad**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidad de La República, Colibri, 2022. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12008/35887.

FERRAROTI, F. **Histoire et histoires de vies**. Paris: Téraèdre, 2013.

FLORES, N. P. **A Rosa e o Machado:** memórias de um brasileiro excluído. Santa Catarina: Autores do Brasil, 2024.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud e Marx:** theatrum philosoficum. Porto: Publicações Anagrama, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido***,* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARD, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Paris: Gallimard, 2013.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record. 2010.

KASHINDI, J. K. Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva. **Cadernos IHU ideias**, ano 15, v. 15, n. 254, p.4-20, 2017.

LOURAU, R. **Autodissolution des avant-gardes**. Paris: Galilée, 1980.

LOURAU, R**. L'Etat inconscient.** Paris : Editions de Minuit, 1978.

LOURAU, R. **Implication, transduction**. Paris: Anthropos, 1997.

MBEMBE, A. **Critique de la raison nègre**. Paris: La découverte, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERHY, E. E. *et al*. **O trabalho em saúde**: olhando e experenciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.

MERHY, E. E. **Saúde:** a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DOS ACOMETIDOS PELA HANSENÍASE (MORHAN). **Cerimônia de entrega do Troféu Bacurau e Medalha Antonio Borges**. 1 vídeo (6 min.). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1o0Sg8VwqWF70qKL9-3amVoc9xVVs2G2P/view?usp=share_link.

NEGRI, A**. Fabrique de porcelaine Pour une nouvelle grammaire du politique**. Paris: Editions Stock, 2006.

NEGRI, A. **Kairós, Alma Vênus, Multitudo**. Nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, A. **L´Anomalie Sauvage**. Puissance et Pouvoir chez Espinosa. Paris: Editions Amsterdam, 2007.

NEGRI, A. **Espinosa et nous**. Paris: Éditions Galilée, 2010.

NEGRI, T. La construction du commun: un nouveau communisme. *In:* BADIOU, A.; ZIZEK, S. **L´Idée du Communisme**. France: Nouvelles Editions Lignes, 2011. p. 199-213.

OLIVEIRA, M. L. W. del R. *et al.* Social representation of hansens disease, **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 10, suppl. 1, p. 41-48, 2003.

OZÓRIO, L. Educação Popular e Saúde: elogio à comunidade. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 96-103, jul./dez. 2004.

OZÓRIO, L. Perspectivas da pesquisa comunitária: Comunidade como práxis e seus diálogos com as histórias orais de vida. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 31-44, 2007.

OZÓRIO, L. **Penser les périphéries**. Une expérience Brésilienne. Pour un nouveau type de politique publique de construction du commun. Paris: L´Harmattan, 2014.

OZÓRIO, Lúcia. La favela de Mangueira et ses histoires de vie en commun. Travailler avec les périphéries. Paris: L´Harmattan, 2016

OZÓRIO, L. Por uma nova compreensão de cidade: o poder comum de agir e as histórias de vida de Mangueira. **Lugar Comum**, n. 49, 2017.

OZÓRIO, L. **La praxis du commun dans la production de la connaissance** (Afrique, Amérique du Sud et Europe). Paris: L'Harmattan, 2021.

OZÓRIO, L. Le commun dans la perspective biographique et la puissance du processus migratoire. **Le Sujet Dans la Cité**, v. 14, p. 105-116, 2022.

OZÓRIO, L. Milton presente, hoje e sempre. **Círculo de giz**, 11 fev. 2023. Disponível em: https://www.circulodegiz.org/post/miltonpresente, 16-02-.

OZÓRIO, L. Por que Resistências Africanas? Por que histórias de vida? **Trivium**, ano 15, n. spe., 2023. Disponível em: https://ojs.uva.br/index.php/trivium/index.

OZÓRIO, L.; AMENYAH SARR, I. E.; DIAKHATE, A.; LERAY, C. H. Les résistances africaines et les histoires de vie. **Revue DJIBOUL**, Côte d'Ivore, v. 2, n. 7, p. 510-525, 2025.

OZÓRIO, L. Os mortos e suas histórias de vida. **Actualidades Pedagógicas**, n. 86, e5518, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.19052/ap.vol1.iss86.5518.

PELBART, P. P. **Da clausura do fora ao fora da clausura.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

PELBART, P. P. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1998.

PELBART, P. P. **Ensaios do Asssombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PINEAU, G. **Les histoires de vie**. Paris: PUF, 2002.

PINEAU, G.; HERVE, B. **Vingt-cinq ans de vie d'une collection**. Quelle(s) histoire(s) en formation. Paris : L´Harmattan, 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. (2000). Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In:* FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V (Orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2000. p. 67-71.

PRIGOGINE, I; STENGERS, I. **A nova Aliança**. Brasília: Unb**,** 1997.

SAFLATE, W.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMITZ, V.; MIRA, M. T. Dr. Milton Ozório Moraes. 17/07/1971. **Leprosy Review**, n. 94, p. 93-94, nov. 2022.

SOMÉ, S. **O espírito da Intimidade**: ensinamentos Ancestrais Africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odysseus, 2007.
THOMSON, A. Recompondo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v.15, p. 51-84, 1997.

VALLA, V. V. 1998. Sobre a participação popular: uma questão de perspectiva, **Cadernos de Saúde Pública, Participação popular e Controle de Endemias,** Rio de Janeiro, v. 14, suppl. 2, 1998.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma Epidemia**. Pílulas mágicas, Drogas Psiquiátricas e o Aumento Assombroso da Doença Mental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Estratégia mundial de eliminação da lepra 2021-2030:** rumo à ausência de lepra. [*S. l.*]: WHO, 2021. Disponível em: https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789290228509 . Acesso em: 5 jul. 2021.